
**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
47ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Data: 26/04/2017 – 9:00 horas**



**CIA. CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO- CASAN
Companhia de Capital Aberto
CNPJ 82.508.433/0001-17
Rua Emílio Blum, 83 – Centro
CEP 88020-010, Florianópolis, SC**

CIA. CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO-CASAN
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 47ª ASSEMBLÉIA
GERAL ORDINÁRIA DIA 26/04/2017 às 9:00 horas

O Conselho de Administração comunica aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetido à apreciação de seus Acionistas, na 47ª Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á em 26 de abril de 2017, às 9:00 horas, na sede social da Empresa, na rua Emilio Blum, 83, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração com a seguinte Ordem do Dia: - a) Apreciação das Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras instruídas com os pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Externos, relativas ao exercício de 2016, em conformidade com o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e correspondentes Notas Explicativas; b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; c) Fixação dos honorários dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal; d) Destinação dos Resultados.

EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2016:

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as Deliberações relativamente a Destinação dos Resultados, informamos a destinação do lucro do exercício:

Lucro do exercício **R\$ 28.373.554,99**

Ajustes:

a) Parcelamento município de Penha/Piçarras	7.706.845,68
b) Outros ajustes	1.139.959,32
c) Realização da reserva de Reavaliação	(1.538.801,50)

Lucro ajustado **35.681.558,49**

Destinação do Lucro do exercício:

1. Reserva Legal:	(1.418.677,75)
2. Dividendos (acionistas)	(8.565.720,19)
3. Reserva para Plano de Investimentos:	(25.697.160,55)

1) Reserva legal:

Constituída no valor de R\$ 1.418.677,75 em conformidade com a Lei das Sociedades por ações e do Estatuto Social, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro do exercício. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. O saldo em 31/12/2016 é de R\$ 11.931.144,65.

2) Dividendos (acionistas):

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, e prevê ainda em seu art. 7º §2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Sendo assim, deverá ser considerado para pagamento como dividendo integral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 0,01140804 por cada ação ON e R\$ 0,01254885 para cada ação PN.

3) Reserva para o Plano de Investimentos:

A Administração propõe sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação de R\$ 25.697.160,55 dos lucros do exercício para compor a Reserva destinada ao Plano de Investimentos em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, conforme estabelecido nos planos de Investimentos da Companhia. O saldo deste fundo em 31/12/2016 é de R\$ 175.208.616,76

4) Participação para os Administradores (Participação Estatutária)

Não haverá distribuição de valores para participação nos lucros do exercício aos administradores da Companhia.

ANEXO 9-1-II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:

1. Informar o lucro Líquido do Exercício:

O montante do Lucro líquido do Exercício é de R\$ 28.373.554,99

2. Informar o Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:

- O montante global dos dividendos é de R\$ 8.565.720,19 e o valor dos dividendos por ações é de: ON = R\$ 0,01140804 e PN = R\$ 0,01254885;

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- O Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído é de 25%;

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

- Não se aplica;

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:

- a. O Valor bruto do dividendo e dos juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe é ON = R\$ 4.078.913,35 e PN = R\$ 4.486.806,84;
- b. A forma de pagamento é a vista e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio é de 60 (sessenta) dias a contar da data da AGO;
- c. Eventual incidência de atualização de juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio não se aplica na Empresa;
- d. A Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será o dia 26 de abril de 2017.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- Não se aplica;

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro Líquido do Exercício e dos três últimos exercícios anteriores:

Ano	Valor R\$ 1,00
2014	74.733.808
2015	10.935.519
2016	28.373.555

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio nos três exercícios anteriores:

Ano	PN - Valor R\$ 1,00	ON - Valor R\$ 1,00
2014	8.809.257	8.008.415
2015	1.257.160	1.142.873
2016	4.486.807	4.078.913

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- a. Identificar o montante destinado a reserva legal:
O montante destinado a reserva legal é de R\$ 1.418.677,75
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:
A reserva legal é calculada aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício;

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

- a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos e mínimos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, prevê ainda em seu art. 7º §2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo de 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias;

- b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim, o lucro do exercício é suficiente;

- c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não se aplica;

- d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não se aplica;

- e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não se aplica.

10. Em relação aos dividendos obrigatórios

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Conforme alínea a do Art. 41º do Estatuto Social da Cia., os lucros líquidos apurados, além do previsto nos artigos 192 a 203 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem;

Conforme § 2º do Art. 7º - do Estatuto social da Cia., cada ação preferencial sem direito a voto, corresponderá às seguintes preferências: (a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (b) distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e (c) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

Considerando o volume de Investimentos previstos para os próximos anos, o Conselho de Administração vem propor, que os valores a serem recebidos a título de dividendos pelos acionistas (Governo do Estado de Santa Catarina, Celesc, SCPar e Codesc), sejam revertidos para integralização como futuro aumento de capital social da CASAN, sendo que os demais acionistas receberão em uma única parcela no dia 26/06/2017.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não houve retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Cia.:

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:
O valor destinado à reserva é de R\$ 7.200.101,95

- b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deu origem a reserva.
Parte do lucro do exercício e parte da realização da reserva de reavaliação

Não se aplica

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultados para reserva de incentivos fiscais.

Não se aplica.

INFORMAÇÃO PREVISTA NO ART. 10 DA IN 481/09 ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL.

O Conselho Fiscal da Companhia é constituído por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos quando da realização da AGO e com mandato de duração de um ano, sendo que os mesmos serão reconduzidos por mais um mandato.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA:

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º Item III e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as suas deliberações, informamos:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

O resultado do exercício vem demonstrar o potencial da companhia, que gradativamente, e de forma sustentável, conseguiu se colocar entre as principais empresas do segmento, auferindo no exercício um lucro líquido de R\$ 28,3 milhões.

10.1 - a - Principais Indicadores dos últimos oito anos

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo Total (AT)	1.606.574	1.721.817	2.288.511	2.247.279	2.328.908	2.408.156	2.668.241	2.898.526
Patrimônio Líquido (PL)	1.018.276	1.003.738	1.277.898	1.236.642	1.220.275	1.278.376	1.278.823	1.339.061
Receita Operacional Líquida (ROL)	466.326	489.036	539.155	610.342	659.952	744.696	796.924	917.429
Lucro Líquido (LL)	32.515	-11.477	7.904	21.418	41.584	74.734	10.935	28.373
Endividamento Geral (PC + ELP)/AT	0,37	0,42	0,44	0,44	0,47	0,46	0,51	0,53
Ebtida	90.508	27.498	75.903	117.888	165.839	260.552	171.262	255.273
Ebit	56.260	-11.512	37.748	56.640	102.373	198.815	106.472	186.344
Geração de Caixa	116.539	30.241	59.798	118.260	167.438	199.790	190.635	196.016
Endividamento Financeiro (EF/AT)	0,14	0,12	0,11	0,11	0,14	0,20	0,28	0,32
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,12	0,13	0,42	0,45	0,29	0,08	0,05	0,04
Margem Bruta (LB/ROL)	66,20%	67,07%	66,98%	62,33%	62,09%	62,00%	51,42%	55,04%
Margem Operacional (LO/ROL)	7,60%	-7,87%	1,66%	4,10%	10,06%	17,54%	1,42%	3,97%
Margem Líquida (LL/PL)	7,00%	-2,35%	1,47%	3,51%	6,30%	10,04%	1,37%	3,09%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	3,20%	-1,13%	0,61%	1,71%	3,36%	5,76%	0,84%	2,09%
Liquidez Geral (AC+RLP)/(PC+ELP)	1,02	0,94	0,54	0,49	0,49	0,47	0,41	0,39
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,37	1,73	1,23	1,07	1,34	1,75	1,72	1,58
Impostos/Receita Bruta*	12,70%	11,30%	9,47%	11,45%	12,67%	11,15%	10,29%	11,56%

* Impostos = PASEP+COFINS+IR+CSLL

Obs.: Para fins de análise de Balanço, a Receita Diferida (o antigo resultado de exercícios futuros) deve ser retirada do Passivo não Circulante e considerada junto ao Patrimônio Líquido.

Fonte: Balanços Contábeis e Demonstrativos de Resultados - DF/GCT

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) hipóteses de resgate

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela abaixo indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

10.1 - c - Relação Dívida Líquida / Ebitda

Em milhões R\$	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Dívida total	237.861	330.143	489.636	758.373	939.076
Caixa e aplicações financeiras	34.710	120.673	130.318	156.798	93.694
Dívida Líquida	203.151	209.470	359.318	601.575	845.382
EBITDA	112.765	166.775	260.611	171.262	230.392
Índice Dívida Total/EBITDA	2,11	1,98	1,88	4,43	4,08
Índice Dívida Líquida/EBITDA	1,80	1,26	1,38	3,51	3,67

Obs. 1: Foram desconsideradas as partes relacionadas para o cálculo das dívidas.

Obs. 2: Os resultados do EBITDA foram ajustados para atender a Resolução CVM n. 527/2012.

GCF/Dipro

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, Banco Prósper, International Finance Corporation – IFC e KFW.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do “float” da arrecadação nos agentes credenciados.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.**

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

10.1 f - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante				Passivo não Circulante				Encargos anuais ponderados
	2016	2015	2014	2013	2016	2015	2014	2013	
<u>Operações no Exterior:</u>									
International Finance Corporation - IFC	0	0	0	8.070	0	0	0	20.957	} IPCA a.a fixo 7,60% + tx juros a.a
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	8523				163.397	106.260	80.675	80.662	
Japan International Cooperation Agency - JICA	1347				65.292	47.436	23.510	14.648	
Kreditanstalt Wiederaufb KFW	0	1.524	1.115	1120	0	0	1.112	2.210	} 4,5% var. Cambial
	9.870	1.524	1.115	9.190	228.689	153.696	105.297	118.477	
<u>Operações no país:</u>									
Caixa Econômica Federal - CEF- Obras	1.251	2.674	1.197	10.659	142.273	103.750	50.876	32.394	} 9,87% + TR
Caixa Econômica Federal - CEF- Capital de Giro	0	0	0	10.000	0	0	0	6.463	
Banco Industrial e Comercial - BIC	0	0	0	30.000	0	0	0	0	IPCA 12%aa
PETROS	0	5.834	10.000	10.000	0	0	5.834	15.834	IPCA 12%aa
POSTALIS	0	20.000	20.000	20.000	0	12.500	32.500	52.500	IPCA 12%aa
Prosper	0	0	520	520	0	0	520	1.040	} IPCA 12% a.a
FINEP	0	2.383	2.600	2600	0	0	2.383	4.983	IPCA 12% a.a
CEB	0	1.723	1.880	1.880	0	0	1.723	3.603	IPCA 12% a.a
Debêntures	12.437	0	0	0	291.892	200.000	0	0	
FIDC	17.545	4.289	3191	0	235.119	250.000	250000	0	
Total Operações País	31.233	36.903	39.388	85.659	669.284	566.250	343.836	116.817	
	<u>41.103</u>	<u>38.427</u>	<u>40.503</u>	<u>94.849</u>	<u>897.973</u>	<u>719.946</u>	<u>449.133</u>	<u>235.294</u>	

Fonte: GCT

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 3,227 em 31 de dezembro de 2014 e 1 lene equivalente a R\$ 0,02223 em 31 de dezembro de 2014.

b) Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2035;

Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal – CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico.

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

FIDC

O fundo foi constituído em 30/05/2014 como condomínio fechado, com prazo de 120 meses, contados a partir da primeira subscrição de cotas. Sua estrutura de capital é composta de duas classes de cotas: uma série de cotas seniores e uma de cotas subordinadas.

A administração é feita pela Caixa, que também é o agente de centralização dos pagamentos dos direitos creditórios. O custodiante é o Banco do Brasil S.A. (BB), que atua como fiel depositário dos documentos relacionados aos direitos creditórios cedidos e pertencentes ao fundo. A troca de informações entre os bancos arrecadadores e o BB ocorrerá por meio da empresa de tecnologia GXS Tecnologia contratada pelo fundo.

As amortizações de principal também acontecerão todo mês, após carência de 36 meses. As cotas subordinadas, no montante nominal de até BRL7,5 milhões, foram subscritas e integralizadas pela Casan. Seu montante deverá ser sempre de, ao menos, 3% o valor das cotas seniores. As cotas subordinadas não poderão ser amortizadas durante a vida do fundo e somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores.

DEBÊNTURES

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que ocorreu em 09 de dezembro de 2015 vencendo em 09 de dezembro de 2020, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures serão destinados para liquidação antecipada de cédulas de crédito bancário nº 193/09, 253/10, 324/09, 325/09, 340/09 e 342/09, emitidas pela Companhia em favor do Banco Prosper S.A., entre 2009 e 2010, no valor total aproximado de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e os valores remanescentes para compor o fluxo de caixa com o objetivo de cumprir a cobertura das contrapartidas exigidas junto aos contratos de financiamento de obras de saneamento em execução.

As quatro séries foram emitidas conforme abaixo:

1ª série: 8.333 mil
2ª série: 16.665 mil
3ª série: 1.667 mil
4ª série: 3.335 mil

A amortização do valor nominal unitário será em parcelas mensais e consecutivas, correspondente a 2,7927% a partir do 24º (vigésimo quarto mês) a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2017, e a última correspondente ao saldo remanescente do valor nominal devida na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda os vencimentos antecipados das debêntures.

A remuneração das debêntures da primeira e terceira séries contemplará juros remuneratórios, a partir da data de liquidação, correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas diárias da Taxa de Juros de Longo Prazo "TJLP", divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 11,95%a.a. (Spread da primeira e terceira série).

A segunda e quarta séries incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% a.a.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas após 31/12/2016					
FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2017)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2018 e 2019)	Superior a 3 ano e inferior a 5 anos (2020 e 2021)	Superior a 5 anos (2022 em diante)	TOTAL
CEF	1.250.947,65	10.273.775,30	10.984.406,42	121.015.330,69	143.524.460,06
GOV DO ESTADO	19.804.578,31	24.921.450,29	24.921.450,29	12.769.700,28	82.417.179,16
JICA	1.346.775,09	43.543.026,88	21.749.083,14	-	66.638.885,11
AFD*	8.523.255,79	34.384.000,00	34.384.000,00	94.628.744,21	171.920.000,00
FIDC	17.544.971,10	71.428.571,43	71.428.571,43	89.597.886,04	250.000.000,00
DEBENTURES	-	12.437.022,76	194.594.594,59	92.968.382,65	300.000.000,00
TOTAL	48.470.527,94	196.987.846,65	358.062.105,86	410.980.043,87	1.014.500.524,32
Fonte:	GFI				
	* Euro: 3,4384		* lene: 0,02792		

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela companhia junto ao referido banco, com a interveniência do estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a companhia ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato: CRB 1036 01M

Agente Financiador:

Agence Française e Developpement – AFD

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Agence Française e Developpement – AFD e Governo do Estado de Santa Catarina

Data:

18/10/2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

11.9 Endividamento

A Tomadora do Empréstimo não contrairá nem manterá qualquer Dívida, exceto as Dívidas Autorizadas, exceto se:

(i) O Índice de todas as Coberturas Projetadas de Serviço da Dívida, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são maiores do que [1.3];

(ii) O Quociente de Alavancagem, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são menores do que [70%].

A Tomadora do Empréstimo se compromete a notificar prontamente a Mutuante caso deva contrair outras Dívidas Autorizadas.

Sendo que:

Dívida Autorizada

significa:

- a) qualquer Dívida devida e exigível em prazo inferior a um ano, inclusive contas a pagar a fornecedores necessários no curso normal dos negócios da Tomadora do Empréstimo;
- b) Dívida a médio e longo prazo relativa ao Contrato;
- c) qualquer Dívida existente na Data da Assinatura deste Contrato, enumerada (Anexo 6)

Empréstimos Existentes na Data da Assinatura);

d) qualquer nova Dívida assumida com o consentimento prévio por escrito da Mutuante.

11.13 Índices Financeiros

A Tomadora do Empréstimo se compromete a cumprir os seguintes índices financeiros:

(i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida não será inferior a 1.3;

(ii) o Quociente de Alavancagem não excederá 70%;

(iii) o Quociente da Dívida Financeira pela EBITDA não será maior do que:

. 4,5 em cada data de fechamento até dezembro de 2015;

. 4,0 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016;

. 3,5 em cada data de fechamento posterior;

(iv) o Índice de Liquidez Corrente não será inferior a

. 1,25 em 31 de dezembro de 2012;

. 1,4 em cada data de fechamento posterior.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

11.14 Dividendos

Exceto se acordado de outra forma pela Mutuante, a Tomadora do Empréstimo se compromete a não distribuir dividendos a seus acionistas, além do valor mínimo legal. Após um período de 5 (cinco) anos, a Tomadora do Empréstimo terá o direito de distribuir dividendos ficando disposto que: (i) um Modelo Financeiro satisfatório e atualizado seja enviado pela Tomadora do Empréstimo; e (ii) tal distribuição autorizada não comprometa a situação financeira da Tomadora do Empréstimo.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

11.10 Alienações Autorizadas A Tomadora do Empréstimo se compromete a não dispor de seus ativos, exceto em uma Alienação Autorizada.

Sendo:

Alienação(ões) Autorizada(s)

Significa:

(a) ativos que estão obsoletos ou não necessários para o projeto ou ativos que não são essenciais para o funcionamento ou desenvolvimento do negócio principal da Tomadora de Empréstimo, eliminados em condições normais de uso, ou que são vendidos, alugados, transferidos ou alienados no curso normal dos negócios da Tomadora de Empréstimo em condições normais de concorrência, ou quando a alienação seja permitida nos termos de qualquer outra disposição do presente Contrato;

(b) ativos (incluindo, mas não limitado a ativos necessários para o Projeto), que são vendidos, alugados, transferidos ou cedidos em troca de outros ativos comparáveis ou superiores quanto ao tipo, valor, qualidade e quantidade;

(c) ativos relacionados a quaisquer alterações que possam ser necessárias nos termos de uma mudança na legislação, desde que informado previamente à Mutuante sobre os ativos a serem alienados;

(d) ativos que não excedam o valor total de um por cento (1%) do total de ativos da Tomadora de Empréstimo e de suas Subsidiárias determinado pelo último balanço anual auditado da Tomadora de Empréstimo; o'

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

A alteração no controle da empresa é considerado um evento de inadimplemento.

13. Eventos de Inadimplemento – Antecipação do Vencimento

13.1 Eventos de Inadimplemento

13.1.10 Alteração no Controle

Ocorra qualquer alteração no Controle'

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:

Diversos contratos de Financiamentos, totalizando vinte e dois (22), distribuídos em diversos municípios.

Agente Financiador:

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e CEF – Caixa Econômica Federal.

Data:

16.04.2012 e 11.04.2014

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Penhor dos direitos emergentes de contratos de concessão ou contratos programa limitados a 03 vezes o encargo mensal. Fluxo de 03 vezes o valor a ser pago no mês em cobranças na conta 7667-0; manutenção de 1 vez a cobrança mensal na conta 7661-1 que fica bloqueado até o fim do contrato e garantia fidejussória do Estado de SC.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário

Não há.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, o Estado de Santa Catarina realizou operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela CASAN junto ao referido banco. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a CASAN ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:

193/2009, 324/2009, 325/2009, 340/2009, 342/2009 e 253/2010.

Agente Financiador:

Banco Prosper S.A.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Prosper S.A.

Data:

2009 e 2010

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios equivalente a 120% do serviço da dívida em conta reserva + 3,5% do valor do crédito concedido caucionado em aplicação financeira.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:**Agente Financiador:**

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC CASAN

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e FIDC CASAN

Data:

30/05/2014

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

	Valor contratado		Valor utilizado		Percentual utilizado
	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2016		
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	343.003		171.920		50,12
Japan International Cooperation Agency - JICA	402.774		66.639		16,54
Total Operações no exterior	745.777		238.559		31,99
Operações					
Caixa Econômica Federal - Obras	327.845		145.657		44,43
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	250.000		250.000		100,00
Total Operações no país	577.845		395.657		68,47
Total Empréstimos e Financiamentos	1.323.621		634.216		47,92
Fonte: GFI					

A Companhia possui contratos de financiamento destinados a obras específicas, cujos recursos são liberados à medida que tais obras são executadas, não podendo ser utilizados para projetos que não sejam objetos do contrato. (vide quadro do endividamento no item 10.1.f).

Índice de Cobertura Adequado:

Considerando o histórico crescente do fluxo de recebíveis e a subordinação estrutural, o índice de cobertura do serviço da dívida (DSCR) foi estimado em, pelo menos, 11,1 vezes (x) para as cotas seniores. O regulamento do fundo estabelece um DSCR mínimo de 5,0x, que deverá ser mantido durante toda a vida do fundo. Caso contrário, o valor equivalente

a 2,5x do serviço de dívida mensal será retido para a amortização antecipada das cotas seniores.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Eventos de Avaliação:

O regulamento do fundo contempla alguns eventos de avaliação. Na ocorrência destes eventos, o administrador deverá convocar assembleia geral para que os cotistas deliberem se tal evento deve ser considerado um evento de liquidação. Alguns dos eventos de avaliação são:

- Alteração do controle acionário, direto ou indireto, ou dos objetos sociais da Casan;
- Fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Casan;

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2016 em relação à 31/12/2015:

Balancos Patrimoniais	2015	AV	2016	AV	AH
Caixa e Equivalentes de Caixa	107.464.592	4,0%	2.894.541	0,1%	(97,3)%
Titulos e Valores Mobiliários	49.333.212	1,8%	90.799.869	3,1%	84,1%
Contas a Receber de Clientes	155.254.659	5,8%	186.831.513	6,4%	20,3%
Partes Relacionadas	8.119.367	0,3%	7.999.699	0,3%	(1,5)%
Estoques	29.121.875	1,1%	43.144.527	1,5%	48,2%
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	34.314.714	1,3%	60.018.585	2,1%	74,9%
Outros	11.526.033	0,4%	14.993.496	0,5%	30,1%
Ativo Circulante	395.134.452	14,8%	406.682.230	14,0%	2,9%
Titulos e Valores Mobiliários	19.615.438	0,7%	23.372.314	0,8%	19,2%
Contas a Receber de Clientes	6.239.746	0,2%	15.465.935	0,5%	147,9%
Depósitos Judiciais	78.500.291	2,9%	77.360.758	2,7%	(1,5)%
Ativo Fiscal Diferido	30.111.191	1,1%	38.583.182	1,3%	28,1%
Ativos Financeiros	38.775.132	1,5%	31.724.364	1,1%	(18,2)%
Ativo Realizavel a Longo Prazo	173.241.798	6,5%	186.506.553	6,4%	7,7%
Investimentos	303.589	0,0%	303.589	0,0%	0,0%
Imobilizado	35.696.703	1,3%	35.916.560	1,2%	0,6%
Obras em Andamento	610.612.225	22,9%	813.800.696	28,1%	N/A
Intangível	1.453.252.380	54,5%	1.455.316.381	50,2%	0,1%
Ativo Permanente	2.099.864.897	78,7%	2.305.337.226	79,5%	9,8%
Ativo Não Circulante	2.273.106.695	85,2%	2.491.843.779	86,0%	9,6%
Ativo	2.668.241.147	100,0%	2.898.526.009	100,0%	8,6%
Empréstimos e Financiamentos	38.426.872	1,4%	41.102.972	1,4%	7,0%
Fornecedores e Empreiteiros	53.276.435	2,0%	53.206.080	1,8%	(0,1)%
Partes Relacionadas	31.953.551	1,2%	30.461.542	1,1%	(4,7)%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	51.834.039	1,9%	47.194.264	1,6%	(9,0)%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	11.220.356	0,4%	8.751.111	0,3%	(22,0)%
Impostos e Contribuições à Recolher	25.256.044	0,9%	51.272.715	1,8%	103,0%
Dividendos Propostos	6.476.520	0,2%	13.799.893	0,5%	113,1%
Participação Estatutárias	26.369	0,0%	26.369	0,0%	0,0%
Crédito Rotativo Banco do Brasil	9.700.000	0,4%	9.822.958	0,3%	1,3%
Outros	2.130.441	0,1%	1.262.257	0,0%	(40,8)%
Passivo Circulante	230.300.627	8,6%	256.900.161	8,9%	11,5%
Empréstimos e Financiamentos	719.946.295	27,0%	897.973.256	31,0%	24,7%
Partes Relacionadas	72.977.305	2,7%	62.612.601	2,2%	(14,2)%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	12.543.088	0,5%	6.008.176	0,2%	(52,1)%
Impostos e Contribuições à Recolher	53.723.445	2,0%	51.074.378	1,8%	(4,9)%
Imposto de Renda e Cont. Social Diferidos	194.308.512	7,3%	188.319.178	6,5%	(3,1)%
Provisão para Contingências	48.325.448	1,8%	73.504.591	2,5%	52,1%
Plano Previdenciário	38.532.125	1,4%	4.137.017	0,1%	(89,3)%
Outros	79.093	0,0%	83.050	0,0%	5,0%
Receita Diferida	18.681.892	0,7%	18.852.915	0,7%	0,9%
Passivo Não Circulante	1.159.117.203	43,4%	1.302.565.162	44,9%	12,4%
Capital Social	842.266.638	31,6%	842.266.638	29,1%	0,0%
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	45.886.845	1,7%	45.886.845	1,6%	0,0%
Reserva de Reavaliação	97.350.268	3,6%	94.415.006	3,3%	(3,0)%
Ajuste Patrimonial	133.295.642	5,0%	169.352.435	5,8%	27,1%
Reserva Legal	10.512.467	0,4%	11.931.145	0,4%	13,5%
Reserva para Fundo de Investimentos	149.511.457	5,6%	175.208.617	6,0%	17,2%
Patrimônio Líquido	1.278.823.317	47,9%	1.339.060.686	46,2%	4,7%
Passivo	2.668.241.147	100,0%	2.898.526.009	100,0%	8,6%

Fonte: GCF/Dipro

Ativo

Ativo Circulante:

O ativo circulante permaneceu praticamente estável no período analisado, elevando-se em apenas 2,9%. O total do grupo passou de R\$395,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$406,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Foram observados acréscimos relevantes nas rubricas títulos e valores mobiliários, estoques e impostos e contribuições antecipadas/recuperar. A rubrica títulos e valores mobiliários passou de R\$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$90,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido à aplicação de parte dos recursos do novo desembolso, no valor de R\$92,3 milhões, da Agência Francesa de Desenvolvimento. Os estoques elevaram-se em 48,2% no período, passando de R\$29,1 milhões em 2015 para R\$43,1 milhões em 2016, em razão da transferência dos estoques de obras, que antes eram registrados no ativo não circulante. Por sua vez, a rubrica impostos e contribuições antecipadas/recuperar passou de R\$34,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$60,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, a elevação foi verificada nas contas de imposto de renda e contribuição social, os quais são recolhidos por estimativa. Essas variações positivas foram parcialmente compensadas pela diminuição nas rubricas caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas. O Caixa passou de R\$107,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 97,3% no ano.

Ativo não Circulante

Realizável a Longo Prazo:

O ativo realizável a longo prazo elevou-se 7,7% na comparação entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, passando de R\$173,2 milhões para R\$186,5 milhões. Este incremento deve-se principalmente ao aumento verificado nas contas a receber de clientes, que passaram de R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$15,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse crescimento ficou fortemente concentrado na categoria de clientes públicos, devido ao parcelamento com os municípios de Penha/Piçarras.

Permanente:

O ativo permanente cresceu 9,8%, atingindo aproximadamente R\$2.305,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparado aos R\$2.099,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa elevação deve-se principalmente ao incremento observado nas obras em andamento, as quais passaram de R\$610,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$813,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse movimento deve-se ao plano de ampliação da cobertura de água e esgoto disponibilizada pela Companhia.

Passivo

Circulante:

O passivo circulante cresceu 11,5% no período, passando de R\$230,3 milhões em 2015 para R\$256,9 milhões em 2016. Esse movimento deve-se às rubricas impostos e contribuições a recolher, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e dividendos propostos.

Não Circulante ou Exigível a Longo Prazo:

O passivo não circulante foi acrescido de 12,4%, atingindo R\$1.302,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, comparados aos R\$1.159,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento pode ser atribuído ao incremento verificado na rubrica Empréstimos e Financiamentos e deve-se, entre outros fatores, à emissão de Debêntures realizada pela CASAN em janeiro de 2016, no valor de R\$100 milhões, e também ao recebimento de um novo lote de recursos da Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor de R\$92,3 milhões.

Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da CASAN atingiu o montante de R\$1.339 milhões, valor superior aos R\$1.278,8 milhões apurados em 31 de dezembro de 2015. Essa elevação decorre dos acréscimos verificados nas contas: ajuste patrimonial, em virtude da reversão da depreciação dos bens existentes em municípios que deixaram o sistema CASAN e cujas indenizações estão sendo discutidas judicialmente; e reserva para fundo de investimentos, que decorre do resultado apurado no ano.

10.1.hi - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Demonstrações do Resultado	2015	AV	2016	AV	AH
Tarifas de Água	709.804.083	80,8%	815.954.387	80,7%	15,0%
Tarifas de Esgoto	146.505.442	16,7%	170.905.551	16,9%	16,7%
Outras	22.587.376	2,6%	24.424.346	2,4%	8,1%
Receita Bruta	878.896.901	100,0%	1.011.284.284	100,0%	15,1%
Deduções da Receita	(81.972.434)	9,3%	(93.855.393)	9,3%	14,5%
Receita Operacional Líquida	796.924.467	90,7%	917.428.891	90,7%	15,1%
Custo dos Serviços Prestados	(387.110.915)	44,0%	(412.441.571)	40,8%	6,5%
Lucro Bruto	409.813.552	46,6%	504.987.320	49,9%	23,2%
Com Vendas	(78.156.058)	8,9%	(86.989.105)	8,6%	11,3%
Gerais e Administrativas	(219.656.524)	25,0%	(262.169.356)	25,9%	19,4%
Fiscais e Tributárias	(6.791.130)	0,8%	(12.254.288)	1,2%	80,4%
Despesas Operacionais	(304.603.712)	34,7%	(361.412.749)	35,7%	18,7%
Receitas Operacionais	5.791.986	0,7%	42.310.699	4,2%	630,5%
Despesas Operacionais	(6.637.195)	0,8%	(26.850.994)	2,7%	304,6%
Reversão de Provisões Cíveis e Trabalhistas	2.335.461	0,3%	1.970.079	0,2%	(15,6)%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.490.252	0,2%	17.429.784	1,7%	1069,6%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	106.700.092	12,1%	161.004.355	15,9%	50,9%
Receitas Financeiras	24.950.484	2,8%	20.476.812	2,0%	(17,9)%
Despesas Financeiras	(120.363.022)	13,7%	(145.038.508)	14,3%	20,5%
Resultado Financeiro	(95.412.538)	10,9%	(124.561.696)	12,3%	30,6%
Lucro Operacional	11.287.554	1,3%	36.442.659	3,6%	222,9%
Receitas Não Operacionais	811.583	0,1%	472.108	0,0%	(41,8)%
Despesas Não Operacionais	(1.040.903)	0,1%	(13.876)	0,0%	(98,7)%
Resultado Não Operacional	(229.320)	0,0%	458.232	0,0%	(299,8)%
Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	11.058.234	1,3%	36.900.891	3,6%	233,7%
Provisão para Imposto de Renda	(6.107.276)	0,7%	(16.612.973)	1,6%	172,0%
Provisão para Contribuição Social	(2.392.811)	0,3%	(6.403.772)	0,6%	167,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.255.328	0,7%	6.017.418	0,6%	(3,8)%
Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido	2.122.044	0,2%	8.471.991	0,8%	299,2%
Provisões de Impostos	(122.715)	0,0%	(8.527.336)	0,8%	6.848,9%
Lucro Antes das Participações	10.935.519	1,2%	28.373.555	2,8%	159,5%
Quantidade de Ações	715.094.432		715.094.432		0,0%
Lucro/Prejuízo por Ação	0,01529		0,03968		159,5%

Fonte: GCF/Dipro

Receita:

A receita operacional líquida da CASAN elevou-se em R\$120,5 milhões, ou 15,1%, passando de R\$796,9 milhões em 2015 para R\$917,4 milhões em 2016. A receita bruta elevou-se em R\$132,4 milhões, ou 15,1%, passando de R\$878,9 milhões em 2015 para R\$1 bilhão em 2016. Conforme mencionado em outras partes deste relatório, esse desempenho reflete o reajuste tarifário de 10,81% aplicado em agosto de 2016, o crescimento no número de ligações atendidas com água e esgoto e o grande consumo verificado nos verões 2015/2016 e 2016/2017.

Custo dos Serviços Prestados:

O custo dos serviços prestados pela CASAN em 2016 foi R\$25,3 milhões superior ao ano anterior, ou seja, cresceu 6,5%, passando de R\$387,1 milhões em 2015 para R\$412,4 milhões em 2016. Como percentual da receita bruta, o custo dos serviços prestados reduziu-se de 44,0% em 2015, para 40,8% em 2016, já que o crescimento observado na receita foi superior ao observado no custo dos serviços prestados.

O aumento dos custos dos serviços prestados ocorreu nas rubricas salariais, as quais estão atreladas ao INPC. Esse indicador resultou em 9,83% em Abril de 2016 (a data base da categoria é 1º de Maio).

Lucro Bruto:

O lucro bruto verificado pela CASAN em 2016 foi R\$95,2 milhões superior ao ano anterior, ou seja, 23,2% maior, passando de R\$409,8 milhões em 2015 para R\$505 milhões em 2016. Como percentual da receita bruta, o lucro bruto elevou-se de 46,6% em 2015 para 49,9% em 2016.

Despesas com Vendas:

As despesas com vendas elevaram-se em R\$8,8 milhões em 2016, ou 11,3%, passando de R\$78,2 milhões em 2015 para R\$87 milhões em 2016. Como o percentual da receita bruta, as despesas de vendas reduziram-se para 8,6% em 2016, em comparação aos 8,9% em 2015. Assim como os custos dos serviços prestados, a principal razão para a elevação verificada nas despesas com vendas foi o acréscimo nas rubricas salariais e seus encargos.

Despesas Gerais e Administrativas:

O total de despesas gerais e administrativas apurado 2016 cresceu aproximadamente R\$42,5 milhões, ou 19,4%, passando de R\$219,7 milhões em 2015 para R\$262,2 milhões em 2016. Como percentual da receita bruta, essas despesas corresponderam a 25,9% em 2016, em comparação aos 25,0% em 2015.

O crescimento das despesas gerais e administrativas deve-se a alguns fatores:

- Assim como mencionado nos custos de prestação de serviços e nas despesas com vendas, as rubricas salariais, os encargos trabalhistas e outros benefícios aos funcionários foram responsáveis por aproximadamente 50% do crescimento verificado nesse grupo de despesas;

- Nos serviços administrativos, contribuíram para a mencionada elevação os incrementos observados em: energia elétrica, serviços de manutenção e operação (de bens administrativos), serviços técnicos profissionais e taxas de administração de serviços;
- Nas despesas administrativas as maiores elevações foram verificadas nas despesas com ações cíveis e trabalhistas e indenizações a terceiros. Parte dessa elevação deve-se a uma comissão instaurada com o fim de solucionar pendências de documentação para efetivação da baixa na contabilidade.

Despesas Fiscais e Tributárias:

As despesas fiscais e tributárias elevaram-se R\$5,5 milhões em 2016, ou 80,4%, passando de R\$6,8 milhões em 2015 para R\$12,3 milhões em 2016. Como percentual da receita bruta, as despesas fiscais e tributárias representavam 0,8% em 2015 e passaram a 1,2% em 2016. A elevação dessa despesa deve-se à atualização do REFIS.

Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Em 2016, as outras receitas e despesas operacionais elevaram-se em R\$15,9 milhões, ou 1069,6%, passando de uma receita líquida de R\$1,5 milhão em 2015 para uma receita líquida de R\$17,4 milhões em 2016. Esta elevação decorre da reversão realizada no Plano Previdenciário em função da atualização do cálculo atuarial, a qual elevou as outras receitas operacionais em R\$34,4 milhões.

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com rendimentos de aplicações, descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a receber.

O resultado financeiro de 2016 reduziu-se em R\$29,1 milhões, ou 30,6%, passando de R\$95,4 milhões negativos em 2015 para R\$124,6 milhões negativos em 2016. Como percentual da receita bruta, o resultado financeiro passou de 10,9% em 2015 para 12,3% em 2016.

As despesas financeiras cresceram R\$24,7 milhões no período, ou 20,5%. Este acréscimo deveu-se principalmente à inclusão dos juros relativos à operação de emissão de Debêntures e também à quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário de PETROS, POSTALIS, PROSPER e FIPECQ.

As receitas financeiras foram reduzidas em R\$4,5 milhões no período, ou 17,9%. Esta alteração relaciona-se com a diminuição dos ganhos nas aplicações financeiras, em razão da redução dos valores aplicados em 2016.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

Em consequência dos fatores discutidos acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de 2016 foi elevado em R\$25,8 milhões, ou 233,7%, passando de R\$11 milhões em 2015 para aproximadamente R\$36,9 milhões em 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social:

O resultado do imposto de renda e da contribuição social (incluindo os impostos diferidos) em 2016 reduziu-se em R\$8,4 milhões, ou 6849%, passando de aproximadamente R\$122,7 mil negativos em 2015 para R\$8,5 milhões negativos em 2016. Esta redução deve-se principalmente à elevação dos impostos correntes incidentes sobre o resultado de 2016. Esse crescimento foi parcialmente compensado pela elevação dos impostos sobre o ativo fiscal diferido (calculados com base nas provisões de contingências, para créditos de liquidação duvidosa, e programa de demissão incentivada).

Lucro Líquido:

Como resultado dos fatores discutidos acima, o lucro líquido do exercício cresceu 159,5%, passando de R\$10,9 milhões em 2015 para R\$28,4 milhões em 2016. Como percentual da receita bruta, o lucro líquido do exercício também diminuiu no período analisado, passando de 1,2% em 2015 para 2,8% em 2016.

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

a.i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A receita da Companhia é gerada por meio de suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e de programa com 198 municípios: 197 no Estado de Santa Catarina, e 1 município no Estado do Paraná, ou seja, 66% dos municípios do Estado de Santa Catarina.

Em 2016, a Casan atendeu uma população de mais de 2,8 milhões de pessoas, através de 231 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 197 municípios catarinenses e 01 paranaense, além de fornecer água no atacado para outros 04 municípios clientes, atendendo, assim, mais de 198 mil pessoas. A Companhia também está presentes em 15 municípios com a prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

O crescimento da receita da Companhia está diretamente relacionado ao aumento do número de ligações atendidas, bem como ao aumento do volume faturado. As ligações de

água cresceram 6,8% nos três últimos anos e as de esgoto elevaram-se em 22,0% no mesmo período. Essas elevações decorrem dos investimentos realizados pela Companhia para ampliar as coberturas de água e esgoto e também para atender o crescimento vegetativo verificado nos municípios atendidos.

Os reajustes tarifários autorizados pelas agências reguladoras também contribuíram para a elevação da receita apurada. Estes foram, respectivamente, de 7,15%, 11,94% e 10,81% nos três últimos anos.

Em 2015 observaram-se crescimentos menores nos volumes faturados de água e esgoto em relação ao ano anterior. A Companhia associa aquela redução ao consumo consciente da população, em decorrência da crise hídrica que atingiu o Brasil, em especial a região Sudeste. Em 2016, os volumes faturados voltaram a crescer em percentuais similares aos apurados em 2014. A CASAN atribui essa retomada aos expressivos consumos observados nas regiões turísticas nos verões 2015/2016 e 2016/2017. Analisando o período de 2013 a 2016, verifica-se o crescimento do volume faturado de água em 8,1% e do volume faturado de esgoto em 14,5%.

a.ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 a receita da Companhia foi de R\$ 820,1 milhões provenientes dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. Os serviços de abastecimento de água representaram R\$ 667,7 milhões, e os serviços de esgoto sanitário R\$ 134,3 milhões. As outras receitas somaram R\$ 18,2 milhões. O total das receitas foi 12,8% maior que o verificado no exercício anterior, e o reajuste tarifário foi de 7,15%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 a receita bruta da Companhia foi de R\$ 878,9 milhões, sendo que desse total R\$ 709,8 milhões foram provenientes das operações de distribuição de água tratada, R\$ 146,5 milhões das operações de coleta e tratamento de esgotos sanitários e R\$ 22,6 milhões referente a outros serviços, tais como receitas com novas ligações de água e esgoto. O crescimento verificado na receita do período foi de 7,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, sendo que o reajuste tarifário obtido foi de 11,94%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 a receita bruta da Companhia foi de R\$1.011 milhões, sendo que, desse total: R\$816 milhões foram provenientes das operações de distribuição de água tratada; R\$170,9 milhões das operações de coleta e tratamento de esgotos sanitários; e R\$24,4 milhões referentes a outros serviços, tais como receitas com novas ligações de água e esgoto. O crescimento verificado na receita do período foi de 15,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo que o reajuste tarifário obtido foi de 10,81%.

Os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- a) Crescimento (ou decréscimo) populacional do Estado de Santa Catarina;
- b) Reajustes tarifários autorizados;
- c) Comportamento de consumo da população (volumes faturados);
- d) Custo dos insumos (matérias e serviços) utilizados na prestação dos seus serviços;
- e) Provisões cíveis e trabalhistas em função das ações judiciais impetradas contra a Companhia;
- f) Financiamentos obtidos para capital de giro e para ampliação do atendimento.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno, não havendo impacto da taxa de câmbio na receita operacional. A receita da Companhia varia de acordo com os reajustes tarifários obtidos e as variações verificadas no número de ligações e no volume faturado de água e de esgoto. O reajuste de tarifa segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes do saneamento em âmbito nacional. Os reajustes tarifários são autorizados pelas agências reguladoras, que consideram nas suas análises a inflação do período, a variação dos custos operacionais, a remuneração do capital investido e a necessidade de geração de recursos para novos investimentos. Conforme a legislação, a tarifa é reajustada uma vez ao ano, respeitando o intervalo de 12 meses entre um reajuste e outro.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

A inflação e as variações de preços incidentes sobre os insumos da Companhia são consideradas pela agência reguladora no cálculo de reajuste tarifário autorizado. Além disso, os contratos de programa assinados com alguns municípios preveem o reequilíbrio econômico financeiro nessas situações. Dessa forma, a inflação e as variações de preços não causam impacto direto no resultado operacional da CASAN.

Já as variações na taxa de câmbio afetam diretamente os resultados financeiros da Companhia. Atualmente, a CASAN possui financiamentos externos junto à JICA e à AFD, os quais estão sujeitos às oscilações do Iene e do Euro, respectivamente.

Com a contratação de novos financiamentos e o encerramento do prazo de carência de alguns dos contratos anteriormente firmados pela CASAN, o impacto dos juros no resultado operacional tem crescido nos últimos anos. Os novos financiamentos obtidos junto a financiadores nacionais e internacionais visam a realização de investimentos para a ampliação do atendimento e também a obtenção de capital de giro.

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável à Casan

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve.

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, a qual modificou certas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as Companhias de capital aberto.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/09, que instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016 foram auditadas pela empresa VGA Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Transações em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

Provisões para contingências

a) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da Procuradoria Geral da CASAN, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 29,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 17,7 em 31 de dezembro de 2015) em face de eventuais perdas nesses processos.

b) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisão do valor de R\$ 43,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 30,4 em 31 de dezembro de 2015).

Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2016.

Ativo Financeiro

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota nº1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 501,9 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que preveem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica “Ativo Financeiro”.

Plano previdenciário/Benefícios a empregados

a) Benefícios previdenciários

Plano CASANPREV

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 06 de agosto de 2008.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União – seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

b) Participação nos lucros e resultados

Não haverá pagamento a título de participação aos empregados da Companhia.

Receita diferida

O montante de R\$18,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 18,6 milhões em 31 de dezembro de 2015) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos da CASAN abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos seus registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os diretores consideraram plenamente satisfatórios o grau de eficiência dos controles internos, com base na avaliação realizada e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente atenuados.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A Diretoria da Companhia vêm monitorando permanentemente, através de seu departamento de Auditoria Interna, um plano de ação elaborado com detalhamento das áreas envolvidas e prazos, com vistas ao atendimento das recomendações apontadas pela Auditoria Externa em seu Relatório Circunstanciado de Auditoria.

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Casan não realizou nenhuma Oferta Publica de valores mobiliários, portanto não se aplicam os itens acima.

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
- ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
- iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
- iv) contratos de construção não terminada.**
- v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b) natureza e o propósito da operação.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

ii) fontes de financiamento dos investimentos.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN planeja ampliar de forma progressiva a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de

esgotamento sanitário, passando dos atuais 20%, para 95% em 2033. Esse plano de ampliação, que ocorrerá ao longo de dezessete anos, visa atender o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e a capacidade de investimento da companhia. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em termos de qualidade de vida para a população catarinense.

O Plano de Ação da CASAN, que atualmente abrange os anos de 2017 a 2021, prevê a realização de aproximadamente R\$1,5 bilhão em investimentos nesse período. Este plano será executado com a aplicação de recursos da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros, além de parcela significativa de recursos próprios, seja na forma de contrapartida aos contratos de financiamento, na realização integral de investimentos e também no que diz respeito aos encargos financeiros dos investimentos.

Na tabela a seguir estão demonstrados os investimentos por setor:

Quadro – Investimentos por Setor

Investimentos	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Água	56.913.195	34.509.903	42.505.335	60.996.555	71.607.099	266.532.087
Esgoto	294.227.311	377.367.936	196.351.655	175.960.218	124.913.554	1.168.820.674
Administrativos	10.559.540	8.059.540	7.309.540	6.059.540	3.273.162	35.261.322
Total	361.700.046	419.937.379	246.166.530	243.016.313	199.793.815	1.470.614.083

Nota: O Plano de Ação 2017/2021 foi aprovado pela diretoria executiva e pelo conselho de administração em dezembro de 2016.

Dos investimentos planejados para o período, o esgotamento sanitário corresponde a 75%, enquanto que 23% e 2% serão destinados, respectivamente, ao abastecimento de água e investimentos administrativos.

O quadro a seguir apresenta a distribuição dos investimentos planejados por agente financiador.

Quadro – Investimentos por Agente Financiador

Fontes de Recursos	Externos (R\$)	Próprios (R\$)	Total (R\$)
Caixa Econômica Federal (CAIXA)	176.644.221	102.285.546	278.929.767
Orçamento Geral da União (OGU)	116.800.323	33.203.803	150.004.126
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	301.963.019	95.791.024	397.754.043
Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)	344.618.365	118.405.639	463.024.004
Recursos Próprios	-	180.902.142	180.902.142
TOTAL	940.025.928	530.588.155	1.470.614.083

Do valor total previsto no Plano de Ação 2017-2021 da CASAN, R\$940 milhões, ou 64% dos recursos aplicados são externos, obtidos via financiamento ou a fundo perdido, mediante Orçamento Geral da União. Importante registrar que a captação desses recursos exige da CASAN a oferta de contrapartida, oriunda da sua Receita Operacional.

Sendo assim, além de R\$180,9 milhões de investimentos próprios, a CASAN aplicará outros R\$349,7 milhões como contrapartidas aos recursos obtidos externamente. A companhia desembolsará de fato 36% do montante total previsto no seu plano de ação.

A CASAN entende que os principais benefícios advindos da melhoria da sua cobertura em abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário são:

Redução com gastos em saúde por parte da população e dos municípios;

Melhoria nos índices de qualidade de vida, mortalidade infantil e de desenvolvimento social;

Melhoria da qualidade ambiental dos rios, lagos e mares;

Melhoria da balneabilidade das praias do litoral catarinense, com o conseqüente retorno econômico pela manutenção e aumento do fluxo de turistas;

Crescimento das oportunidades de emprego com o desenvolvimento do turismo e da atratividade econômica dos municípios;

Perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

11.1. As projeções devem identificar:

c) valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Objetivando atender as demandas legais e de seus clientes e as expectativas dos acionistas, a CASAN investiu R\$240,2 milhões em 2016. O quadro a seguir apresenta os valores investidos no período de 2013 a 2016, bem como as projeções para 2017.

Quadro 11.1.d - Evolução dos Investimentos – 2013/2017 - (R\$ 1.000)

Evolução dos Investimentos – 2013/2017 - (R\$ 1.000)					
Distribuição dos Investimentos	Realizado				Projetado
	2013	2014	2015	2016	2017
Água	29.253	55.282	84.246	66.453	56.913
Esgoto	64.729	101.238	187.628	158.446	294.227
Outros	20.673	25.045	32.455	15.261	10.560
Total	114.655	181.565	304.329	240.160	361.700

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Aproveitamento do potencial hidrelétrico – CGHs

A Companhia Catarinense de Saneamento é um dos principais consumidores catarinenses de energia elétrica. Seu consumo médio mensal é de aproximadamente 15.800.000 kWh por mês. Este consumo está distribuído em mais de 200 municípios. O preço pago pela Casan à Celesc e Cooperativas de distribuição é em média de R\$ 0,49 por kWh (R\$ 490,00 por MWh).

O modelo operacional proposto e assimilado pela Lei Estadual 381/07 é de auto produtor de energia, onde os excedentes são vendidos nas redes existentes ou interligados, próximos as unidades geradoras, no processo conhecido como geração distribuída.

O potencial enérgico contido nos mananciais de captação tende a ser a porta de entrada definitiva da empresa na área de produção de energia.

Esses projetos, a serem desenvolvidos à longo prazo, serão baseados em estudos de potencial hídrico já realizados.

Inicialmente a empresa deflagrou o estudo e o projeto de engenharia dos mananciais de abastecimento de Florianópolis e de Criciúma. O primeiro foi contratado diretamente pela Casan e resultou em CGH de 0,9 MW. O estudo da Barragem do Rio São Bento, no sul do estado, foi patrocinado pela CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina, resultando em uma capacidade de produção de 0,9 MW.

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

13.1 Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a)- Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros atributos afetos à atividade da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

b) composição da remuneração:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

1) Honorários: remuneração pelo exercício dos cargos de Diretores e membros do Conselho (Conselho de Administração, Fiscal, e Diretoria).

Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho) em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

2) Representação: Gratificação adicional concedida ao Diretor Presidente em decorrência das responsabilidades inerentes ao exercício do cargo máximo de representação da Companhia.

3) Benefícios: Tem por objetivo estender similarmente aos Diretores Estatutários os benefícios concedidos aos empregados: Férias; Gratificação de Férias; 13º Salário; Auxílio Correção Estética por Acidente de Trabalho; Complementação de Diárias Hospitalares por Acidente de Trabalho; Vale Alimentação/Refeição e Assistência Médica e Odontológica.

4) Participação nos Resultados: Participação dos administradores nos resultados positivos apurados nas demonstrações financeiras de cada exercício social, conforme estabelecido no Estatuto Social e Lei das Sociedades Anônimas, limitado o seu valor à remuneração anual dos administradores ou 0,1 (um décimo) dos lucros, prevalecendo o que for menor.

13.1 - ii - Proporção de cada Elemento na Remuneração Total

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
		Presidente	Diretores	
1) Honorários	100%	13,27%	60,24%	100%
2) Outros - Representação	0%	2,45%	0%	0%
3) Benefícios Diretos e Indiretos	0%	2,34%	21,69%	0%
Total	100%	100%		100%

Fonte: GRH

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O valor global da remuneração dos administradores da sociedade é estabelecido na Assembléia dos Acionistas onde é fixado o valor máximo projetado para cada exercício,

excetuando-se a participação nos lucros. Nesta Assembléia também é fixada a remuneração individual dos Diretores Executivos e dos Conselheiros de Administração e Fiscal que equivale a 20% (vinte por cento) da remuneração dos Diretores Executivos. O Diretor Presidente recebe além da remuneração fixa, mais 20% sob a aludida, a título de verba de representação.

iv) razões que justificam a composição da remuneração:

O incentivo ao bom desempenho pessoal e a adoção de adequada política motivacional é justificado pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da Companhia em sintonia com as diretrizes do Governo do Estado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Companhia e deliberar sobre as políticas macro.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Companhia não utiliza indicadores específicos para determinar ou valorar qualquer item da remuneração. Leva em consideração a responsabilidade, a competência e reputação profissional dos administradores, bem como o tempo dedicado ao exercício de suas funções e o valor praticado no mercado.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não há utilização de indicadores específicos, conforme alínea acima.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais externos ao respectivo quadro de pessoal, dotados de competência, experiência, motivação, necessários ao exercício da função diretiva.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há remuneração ou benefício vinculado a essa condição.

13.2 Tabela da remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano Base: 2014				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	8	7	5	20
Remuneração Fixa Anual	317.843,52	1.697.429,27	198.652,20	2.213.924,99
- Salário ou pró-labore.	317.843,52	1.390.564,56	198.652,20	1.907.060,28
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	267.134,27	0,00	267.134,27
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação		39.730,44		
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	26.486,96	115.880,38	16.554,35	158.921,69
Total da remuneração	317.843,52	1.697.429,27	198.652,20	2.213.924,99

Fonte: GRH

Ano Base: 2015				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	6	6	5	17
Remuneração Fixa Anual	343.187,87	1.688.646,89	227.081,95	2.258.916,71
- Salário ou pró-labore.	343.187,87	1.361.690,94	227.081,95	1.931.960,76
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	286.254,35	0,00	286.254,35
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação		40.701,60		
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	28.598,99	113.474,25	18.923,50	160.996,73
Total da remuneração	343.187,87	1.688.646,89	227.081,95	2.258.916,71

Fonte: GRH

Ano Base: 2016				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número Total de membros	7	6	5	18
Número de membros Remunerados	7	6	5	18
Remuneração Segregada em:				
Remuneração Fixa Anual, segregada em:	360.712,80	2.102.736,07	257.652,00	2.721.100,87
- Salário ou pró-labore.	360.712,80	1.545.912,72	257.652,00	2.164.277,52
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	505.292,95	0,00	505.292,95
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação		51.530,40		
Remuneração variável, segregada em:	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Rem. baseada em ações, incluindo opção:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	30.059,40	128.826,06	21.471,00	180.356,46
Total da remuneração	360.712,80	2.102.736,07	257.652,00	2.721.100,87

Fonte: GRH

Projeção: 2017				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número Total de membros	0	0	0	0
Número de membros Remunerados	7	6	5	18
Remuneração Segregada em:				
Remuneração Fixa Anual, segregada em:	0,00	0,00	0,00	0,00
- Salário ou pró-labore.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação		0,00		
Remuneração variável, segregada em:	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Rem. baseada em ações, incluindo opção:	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: GRH

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer em forma de tabela:

As condições em relação ao Plano de Previdência são as expostas no quadro abaixo, porem, somente um membro do Conselho de Administração e um da Diretoria Estatutária fazem parte da Casanprev.

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Órgão	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.
Número de membros	1	1
Nome do Plano	Casanprev	Casanprev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não Há	Não Há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.

13.11**Nos 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

Ano Base: 2014			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	8	7	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 3.310,87	R\$ 16.554,34	R\$ 3.310,87
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 3.310,87	R\$ 16.554,34	R\$ 3.310,87
Valor médio remuneração Individual	R\$ 44.696,75	R\$ 242.489,90	R\$ 39.730,44

Fonte: GRH

Ano Base: 2015			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7,08	6,08	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 3.909,86	R\$ 19.549,31	R\$ 3.909,86
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 3.310,87	R\$ 16.554,34	R\$ 3.310,87
Valor médio remuneração Individual	R\$ 45.416,39	R\$ 227.082,05	R\$ 45.416,39

Fonte: GRH

Ano Base: 2016			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7	6	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 4.198,12	R\$ 20.990,59	R\$ 4.198,12
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 4.198,12	R\$ 19.549,31	R\$ 4.198,12
Valor médio remuneração Individual	R\$ 6.297,18	R\$ 30.765,25	R\$ 6.297,18

Fonte: GRH

Composição e Experiência Profissional

DIRETORIA									
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo controlador	
Valter José Gallina	61	Eng. Civil	341.840.409-00	Dir. Presidente	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim	
Laudelino de Bastos e Silva	54	Contador	415.217.739-04	Dir. Financeiro. e de relações com os In	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	Sim	
Antônio Varella do Nascimento	69	Eletrotécnico	065.698.119-91	Dir. Comercial	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim	
Arnaldo Venício de Souza	67	Economista	029.394.109-25	Dir. Administrativo	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim	
Paulo Roberto Meller	55	Eng. Civil	376.343.309-66	Diretoria de Operação e Meio Ambiente	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim	

Fonte: Dirin

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo controlador
VALTER JOSÉ GALLINA	61	Eng. Civil	341.840.409-00	membro efetivo	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim
ODAIR ROGÉRIO DA SILVA	52	Tabalhador Casan	481.286.279-53	membro efetivo repres empregados	30/09/2015	30/10/2015	30/10/2018	não
PEDRO BITTENCOURT NETO	60	Advogado	224.528.699-53	membro efetivo	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim
MERY ANTONIO NADER	75	Tec contabil	104.967.009-44	membro efetivo	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim
ROBERTO SCHULZ	58	Advogado	352.294.629-49	membro efetivo	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim
RENATO LUIZ HINING	61	Administrador	179.609.329-72	membro efetivo	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim
JOÃO EDUARDO DE NADAL	33	Advogado	008.931.639-88	membro efetivo	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim
PATRICIA GUILIANI	32	Quimica	006.406.269-47	membro efetivo repres Celesc	20/01/2017	20/01/2017	19/01/2019	sim

Fonte: Dirin

CONSELHO FISCAL								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo controlador
ADEMIR VICENTE MACHADO	61	Administrador	217.190.989-72	membro efetivo	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
NILSO MACIESKI	41	Administrador	811.650.489-49	membro efetivo/SC Participações	20/06/2016	20/06/2016	19/06/2017	não
AURÉLIO A SISIS DE BEM FILHO	59	Administrador	342.015.729-00	membro efetivo	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
ROBERTO FERNANDO CARVALHO AGOSTINI	48	Advogado	571.997.529-20	membro efetivo	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
ANTÔNIO CERON	70	Téc Contabil	021.394.809-53	membro efetivo	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
MARINA MACHADO VIDAL DA FONSECA	35	Advogada	035.400.039-08	Suplente	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
JOAQUIM COELHO LEMOS	67	Engenheiro Eletrico	083.119.789-72	Suplente	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
FERNANDO CESAR GRANEMANN DRIESSEN	57	Engenheiro Agrônomo	486.864.099-20	Suplente	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
JAISON RICARDO STEIN	35	Advogado	005.917.059-07	Suplente	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim
LISANDRO JOSÉ FENDRICH	39	Ciências Computação	014.490.299-06	Suplente	19/04/2016	19/04/2016	18/04/2017	sim

Fonte: Dirin

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Encerramento Exercício	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
31/12/2014	14,89%	74,47%	10,64%
31/12/2015	9,47%	77,28%	13,26%
31/12/2016	11,90%	71,43%	16,67%

Fonte GRH

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Descrição	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Nº Total de Empregados	2283	2500	2581	2622
Operacional	1450	1639	1688	1724
Apoio Técnico	559	580	598	600
Nível Superior	274	281	295	298
Nº Total de Empregados Por Localização Geográfica	2283	2500	2581	2622
Administração Central-Matriz	417	430	438	436
Região Metropolitana da Grande Fpolis	458	501	539	542
Região Sul/Serra	428	479	492	505
Região Norte e Vale do Itajaí	436	478	497	506
Região Oeste	544	612	615	633

Fonte: GRH

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

A CASAN não firma contratos de fornecimento de mão de obra e sim contrata serviços terceirizados, principalmente nas áreas de Leitura/Entrega simultânea de Faturas, Corte e Religação de Água, Vigilância e Limpeza.

c) Índice de rotatividade

Índice de Rotatividade			
2013	2014	2015	2016
2,87	2,63	1,73	0,96

Fórmula aplicada: $\text{Demitidos} / ((\text{Quantitativo Anterior} + \text{Quantitativo Final do Ano}) / 2) * 100$

Fonte: GRH

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição para contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2015, era de cerca de R\$ 17,7 milhões, considerando os processos classificados como perda provável.

O valor provisionado para contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2016 foi de 29,5 milhões.

14.1 - Exposição do Emissor a passivos e contingências trabalhistas		
		Milhões
Discriminação	2015	2016
Contingências Trabalhistas (*)	17.726	29.533
Provisionamento (**)	17.726	29.533
Fonte: GCT		
(*) Contingências: considera as perdas prováveis.		
(**) Provisionamento: considera perdas prováveis.		

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

O incremento de pessoal em 2015 se deu em decorrência do aumento das demandas operacionais na empresa, sendo admitidos 79 novos empregados e outros dois reintegrados ao grau funcional da Companhia. As contratações foram previamente autorizadas pelo Conselho de Administração ainda no ano de 2013.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável.

A CASAN possui o Plano de Cargos e Salários registrado na Superintendência Regional do Trabalho desde 1991, que prevê as formas de movimentação funcional, benefícios além de disciplinar as atribuições de cada cargo. Os reajustes salariais são definidos através de Acordo Coletivo de Trabalho com data base em maio.

b) política de benefícios.

A política de benefícios é concedida através do Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo de Trabalho e Normas específicas e estendida a todos os empregados da empresa sendo os principais:

- Plano de saúde, por adesão individual;
- Assistência odontológica, por adesão individual
- Programa de Alimentação ao trabalhador – Vale Alimentação/Refeição
- Auxílio Creche
- Auxílio Educação – Auxiliar no pagamento de mensalidade para curso universitário e médio profissionalizante.
- Auxílio Funeral
- Auxílio e Licença ao empregado com filho portador de necessidades especiais
- CASANPREV – Plano de Previdência Complementar

Todos normatizados através de Acordo Coletivo de Trabalho, Plano de Cargos e Salários ou normas específicas.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i) Grupos de beneficiários.

ii) condições para exercício.

iii) preços de exercício.

iv) prazos de exercício

v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

A CASAN não possui planos de remuneração baseados em ações.

a. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos.

Os acordos coletivos são firmados com os seguintes sindicatos:

- **Sindecon/sc** – Sindicato dos Economistas no Estado de Santa Catarina;
- **Sincópolis** – Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis;
- **Saesc** – Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina;
- **Senge** – Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina;
- **Sintec** – Sindicato dos Técnicos Industriais;
- **Sindalex** - Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina.
- **Sinsesc** – Sindicato dos profissionais e Estudantes de Secretariado no Estado de SC. e,
- **Sintaema- sc** – Sindicato dos Trabalhadores em água, esgoto e Meio Ambiente de SC.

A data base é no mês de maio e a vigência anual onde normalmente é concedida uma reposição salarial com base no INPC do período assim como, a renovação de benefícios, vantagens e a liberação de empregados dirigentes sindicais para atuarem nas sedes das entidades.

As relações sindicais ocorrem dentro da normalidade, o acesso as informações de performance, dados operacionais, financeiros, econômicos e administrativos da Empresa estão previstos no Acordo firmado anualmente.